

# UMA VITÓRIA DOS POLÍTICOS

Foi o que disse o líder do governo na Câmara sobre a não inclusão do expurgo do INPC

O líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, e o senador Carlos Chiarelli (PDS-RS) afirmaram ontem que a exclusão do expurgo do INPC no pacote econômico foi uma vitória dos políticos.

Destacaram que o presidente Figueiredo, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, e outras importantes autoridades do governo concordaram com as ponderações dos integrantes do PDS contrárias ao expurgo dos aumentos do petróleo, trigo, açúcar e taxas de juros agrícolas do cálculo do INPC, e favoráveis a uma discussão mais aprofundada da desindexação da economia em geral.

"Os que defendiam o expurgo dos aumentos do INPC acabaram ficando em minoria dentro do governo", afirmou o deputado Nelson Marchezan, explicando que desde a primeira hora a maioria dos pedessistas levou ao governo sua preocupação de que aquela medida, defendida pelos representantes dos empresários e integrantes do Conselho Monetário Nacional, iria apenas prejudicar os trabalha-

dores, reduzindo-lhes os salários, sem trazer benefícios econômicos palpáveis.

Quando os ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas expuseram aos integrantes da liderança do PDS o elenco de medidas que iriam integrar o pacote, informou Chiarelli, dois pedessistas se manifestaram contra — ele próprio e Marchezan — qualquer alteração direta ou indireta na política salarial. Delfim criticou a sistemática de reajustes salariais, considerando-a "bondosa e inoportuna", mas reconheceu que seria difícil modificá-la, dada a posição do PDS e mesmo da oposição no Congresso.

Marchezan e Chiarelli apoiaram a política salarial, enfatizando a posição do partido contrária a mudanças no INPC que venham a reduzir os reajustes salariais. Em resposta, o ministro do Planejamento observou que algumas modificações se fazem necessárias, como por exemplo o estabelecimento de negociações diretas entre empregados e empregadores, alegando que "o mercado é quem deve regular os salários".

Segundo o líder do PDS, contu-

do, a campanha contra o expurgo dos aumentos do cálculo do INPC já se vinha desenvolvendo no Congresso. Muitas ponderações foram feitas ao ministro Leitão de Abreu e ao presidente da República nesse sentido, encontrando sensibilidade de sua parte.

Tanto os representantes do PDS quanto dos partidos de oposição admitem que o governo promov-a desindexação geral da economia — após um esclarecimento à opinião pública — mas são unânimes também em condenar as tentativas que visam apenas a expurgar do cálculo do INPC os aumentos de preços decorrentes da retirada dos subsídios sobre produtos e juros bancários.

Chiarelli atribuiu a estímulos do ministro do Planejamento a manifestação unânime dos empresários em favor da desindexação dos salários, enquanto Saturnino notou que ela levaria à redução do poder aquisitivo dos assalariados, estreitando a demanda interna e causando aumento do desemprego, ao contrário do que alegam os professores Mário Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.